



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639864 - SP (2021/0011255-5)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : FELIPE MEIRA  
**ADVOGADO** : FELIPE MEIRA - SP334540  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNA MARTINS DE BRITO (PRESO)  
**CORRÉU** : LETÍCIA MENDES DOS SANTOS SANTANA  
**CORRÉU** : MAURICIO ANTONIO ANGELO DE BRITO  
**CORRÉU** : MARCOS EDUARDO DE AGUIAR  
**CORRÉU** : LUIS MARTINS AMARAL  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNA MARTINS DE BRITO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0081246-77.2014.8.26.0050).

A paciente cumpre pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, no regime fechado, em razão de condenação definitiva pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que a paciente tem 3 filhos, respectivamente com 12 (doze), 9 (nove) e 3 (três) anos de idade, de forma que faz jus ao cumprimento de pena em regime domiciliar, nos termos do art. 117 da Lei de Execuções Penais.

Alega que segundo a jurisprudência deste eg. Superior Tribunal de Justiça os arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 13.769/2018, estendem-se também às mulheres que se encontram presas em decorrência de édito condenatório com trânsito em julgado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão direito de expiar sua reprimenda em regime domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAS EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência